

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Reportagem de

ADALBERTO MARIO RIBEIRO

QUANDO iniciámos nossa colaboração à *Revista do Serviço Público*, sempre tivemos unicamente em vista focalizar os trabalhos a cargo do Governo, e não tratar de instituições estranhas ao quadro de nossa administração. Entretanto, somos agora levados a interromper essa norma com o registro das atividades de uma agremiação que, embora prestigiada oficialmente, hoje e em todos os tempos, desde sua fundação, tem caráter privativo, não podendo, de forma alguma, ser considerada uma repartição pública.

Queremos referir-nos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, casa de alta expressão cultural que há mais de um século vem procedendo a estudos e investigações concernentes à história, geografia, etnografia e arqueologia do Brasil.

Assim, pois, esta reportagem, pela sua natureza, constitui verdadeira exceção na série que, desde 1938, vimos mantendo na *Revista do Serviço Público*.

Não nos foi solicitada, e o Instituto de certo que não o faria, em obediência, naturalmente, a velho hábito de eximir-se à publicidade e viver consagrado mais ao passado do que ao presente...

MITRE E O INSTITUTO

Apesar de ser sobre o Instituto Histórico, não pode este nosso modesto trabalho deixar de ter apresentação ligeira, traço marcante, como se sabe, de toda reportagem.

Feita a pequena introdução que deixámos acima, o que se vai ler daqui em diante são ligeiras notas, condensadas em *tijolinhos*, que podem não se ajustar bem uns com os outros, é certo, mas assim mesmo, sem perfeita ligação, talvez consigam permitir aos leitores da *Revista do Serviço Público* que não conheçam o Instituto Histórico saber-lhe a vida em linhas gerais, e a correr, pois só em alentado trabalho poderíamos registrá-la devidamente nos seus cento e cinco anos, de intensa e profícua atividade.

Não nos compete, com mais forte razão, à minguada autoridade, formular criterioso julgamento da instituição, e só a palavra de um notável homem de pensamento será capaz de fazê-lo a contento. E a nossa valia no caso é a reminiscência histórica, como esta que vamos transcrever, para ressaltar com propriedade o valor e a tradição de uma casa em que se oficia o culto da própria tradição.

A PALAVRA DE MITRE

O Instituto recebia em seu seio o estadista Bartolomeu Mitre. Como era natural, a recepção revestiu-se de grande brilho, cabendo ao eminente Visconde de Sapucaí a honra de presidir-la.

Mitre, em expressivo discurso, apreciou devidamente o valor da nobre instituição, fazendo-lhe encomiásticas referências, que podem ser agora lembradas com propriedade. A palavra do grande estadista argentino deveria ter causado, de certo, a mais viva e confortadora impressão a quantos se achavam presentes àquela memorável solenidade, realizada no Instituto a 1 de dezembro de 1871.

A ASSOCIAÇÃO CIENTÍFICA QUE MAIS ALTO SE HAVIA LEVANTADO NA AMÉRICA DO SUL

Vamos, portanto, transcrever aqui o que disse Mitre ao ingressar no quadro de sócios honorários do Instituto.

Pena é que tenha sido conservado apenas em resumo, o que então afirmou o ilustre orador:

“Que se considerava feliz em pertencer a uma corporação composta de membros tão distintos, de alguns dos quais se permitia chamar colega, considerando-se discípulo dos que nela caminhavam à frente das letras e das ciências sul-americanas. Que o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, perseverando em sua tarefa e trabalhando sem descanso, era a associação científica que mais alto se havia levantado na América do Sul, dando ao mundo um novo contingente que iluminara o horizonte da história, da geografia e da etnografia americanas. Que outras sociedades do mesmo gênero, mais antigas e com mais ciência e experiência, poderiam ter mais autoridade no Velho Mundo, ilustrando os recônditos anais do passado e os mistérios das transformações do homem e da natureza, mas que o Instituto Brasileiro, explorando um campo mais virgem, era o que com mais crítica e mais cópia de documentos havia estudado os ignorados tesouros da história e da geografia do Novo Mundo, tesouro que ainda estava por descobrir-se, desde suas raças pre-históricas e suas civilizações primitivas extintas, até seu estado atual, assim na ordem física como na ordem moral. Que se associava com entusiasmo às suas nobres tarefas, e colocaria sob seus auspícios o primeiro trabalho que pudesse executar em tal sentido, esperando que a autoridade dos que tinha chamado seus colegas e dos que considerava seus mestres permitisse que tais produções se colocassem à sombra de sua bandeira de labor e de progresso”.

A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO

Não é menos interessante o que disse o saudável historiador José Vieira Fazenda sobre a fundação do Instituto.

Muito minucioso, Vieira/Fazenda reportou-se primeiro ao início das atividades da Sociedade Auxiliadora Nacional, de onde partiu a idéia da criação do Instituto, e depois passou a descrever como, afinal, foi este constituído.

NA SÉDE DO ANTIGO MUSEU NACIONAL, ENTRE AS RUAS
DOS CIGANOS E DO CONDE

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 74, volume 124 (1911), fomos encontrar este trabalho de Vieira Fazenda:

"No dia 28 de fevereiro de 1828 celebrava nesta cidade a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a sua primeira sessão ordinária. Encetava os trabalhos em uma sala baixa, sem fôrro, do pavimento térreo do antigo Museu Nacional, edifício situado no terreno em que hoje funciona o Arquivo Nacional.

Fôra, como é sabido, o museu criado por D. João VI, por decreto de seis de junho de 1818.

Pela quantia de 32 contos foi indenizado João Rodrigues de Almeida, depois barão de Ubá, proprietário do imóvel situado no quarteirão do Campo de Sant'Ana, entre as antigas ruas dos Ciganos e do Conde, atualmente da Constituição e Visconde do Rio Branco, onde foi instalado o museu.

Ao nome de D. João VI liga-se também a fundação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sugerida em 1820 por Inácio Álvares Pinto de Almeida.

Acontecimentos políticos sucedidos após a partida da família real interromperam a realização dessa idéia profícua e patriótica.

Proclamada a independência, outra era a trajetória do Brasil.

Em 1825 renovou Pinto de Almeida seu projeto, dirigindo ao imperador D. Pedro I extenso requerimento no qual apresentou suas idéias, animado de verdadeiro espírito de patriotismo.

Ouvidos o diretor do Museu e o Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura e Navegação, teve o requerimento favorável despacho.

Em 31 de outubro de 1825 eram aprovados os estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, os quais seriam examinados, corrigidos e adicionados pelos membros da Sociedade depois de estabelecida.

Ainda em 1827 instava Pinto de Almeida pela necessidade do definitivo estabelecimento da mesma sociedade. Afinal, em 18 de julho desse ano, nomeou o Governo os membros componentes da administração. Foram eles: Presidente, o visconde de Alcântara (João Inácio da Cunha); vice-presidente, o brigadeiro Francisco Cordeiro da Silva Tórres Alvim; secretário, Inácio Alvares Pinto de Almeida e tesoureiro, João Fernandes Lopes.

Inaugurada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 19 de outubro de 1827, encetou seus trabalhos, tendo em mira o progresso da agricultura, lavoura e indústria agrícola e pastoril do nosso país.

Passaram-se quasi dez anos e do seio da Sociedade Auxiliadora surgiu a idéia da fundação de outro grêmio científico, destinado a coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Brasil.

Celebrava em 18 de agosto de 1838 o conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora a sua 195.^a sessão, sob a presidência do notável cientista frei Custódio Alves Ferrão, quando à mesa foi apresentada extensa proposta assinada pelo 1.^o secretário da Sociedade, marechal Raymundo José da Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário adjunto, e acompanhada das necessárias bases para a criação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Pediram os signatários fôsse a proposta sujeita à assembléia geral da mesma Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Convocada no dia seguinte, 19, a aludida assembléia, foi unanimemente aprovada a idéia do marechal Cunha Matos e do cônego Januário, os quais dêste modo ficaram sendo considerados os verdadeiros fundadores do Instituto Histórico.

No domingo, 21 de outubro de 1838, às 11 horas da manhã, reuniram-se 27 ilustres cavalheiros na modesta sala do Museu Nacional e inauguraram o novo grêmio dedicado às letras históricas.

Foi esse ato presidido pelo marechal Francisco Cordeiro da Silva Tórres Alvim, procedendo-se logo à eleição de um presidente e dois secretários interinos, que serviram até a organização definitiva dos estatutos e sua competente apuração. Foram eleitos para tais cargos o Visconde de S. Leopoldo (José Feliciano Fernandes Pinheiro), presidente; cônego Januário da Cunha Barbosa, 1.^o secretário, e o Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, 2.^o secretário.

Antes de prosseguir, porém, manda a gratidão que fiquem para sempre lembrados os nomes dos 27 primeiros fundadores do Instituto Histórico, os quais tomaram parte nessa memorável reunião inicial.

Dentre eles destacam-se os de alguns que figuram nos sucessos de nossa emancipação política, e outros distintos por seu saber e hombridade de caráter, todos unidos pelo amor ao estudo do passado do Brasil.

Ei-los:

1. Marechal de campo Francisco Cordeiro da Silva Tórres Alvim, depois visconde de Jerumirim, conselheiro de Estado.
2. José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, conselheiro de Estado e senador do Império.
3. Marechal de campo Raimundo José da Cunha Matos, vogal do Supremo Conselho Militar.
4. Cônego Januário da Cunha Barbosa, pregador imperial e cronista do Império.
5. Cândido José de Araújo Viana, depois marquês de Sapucaí, senador e conselheiro de Estado.



O vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ministro Augusto Tavares de Lira, no gabinete do 1.º secretário, Sr. Virgílio Corrêa Filho, que se encontra à sua mesa de trabalho

6. Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, engenheiro.
7. Pedro de Alcântara Bellegarde, marechal de campo e lente da Academia Militar.
8. Dr. Joaquim Caetano da Silva, professor do Colégio Pedro II.
9. Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, idem.
10. Desembargador José Antônio da Silva Maia, procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional, senador e conselheiro de Estado.
11. Caetano Maria Lopes Gama (visconde de Maranguape), senador e conselheiro de Estado.
12. José Clemente Pereira, senador e conselheiro.
13. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (visconde de Sepetiba), senador do Império.
14. Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes.
15. Francisco Gê Acayaba de Montezuma (visconde de Jequitinhonha), senador e conselheiro de Estado.
16. Joaquim Francisco Viana, senador e conselheiro.
17. Bento da Silva Lisboa (barão de Cayrú), conselheiro.
18. Antonio José de Paiva Guedes de Andrade, chefe da Secretaria dos Negócios do Império, conselheiro.
19. Alexandre Maria de Mariz Sarmiento, chefe da Contadoria Geral do Tesouro, conselheiro.
20. Inácio Álvares Pinto de Almeida, secretário da Junta do Comércio.
21. João Fernandes Tavares, físico-mór (visconde de Ponte Ferreira).
22. José Antonio Lisboa, deputado da Junta do Comércio, conselheiro.
23. José Lins de Moura, contador da Caixa de Amortização.
24. Dr. José Marcelino da Rocha Cabral, advogado.
25. Dr. Antônio Alves da Silva Pinto, advogado.
26. José Silvestre Rabelo, negociante.
27. Tomé Maria da Fonseca, administrador da Recebedoria do Município".

Vieira Fazenda prossegue sempre assim minucioso, mas não podemos acompanhá-lo na caminhada... Reportagem não é traslado, à moda *tabeliôa*... E depois já prometemos ao paciente leitor notas avulsas, pequenas, que não lhe dêem muito trabalho para ler.

VISITA AO INSTITUTO

Ao colhermos material para a reportagem anterior sobre o Instituto Nacional do Livro, o diretor desta nova repartição do Ministério da Educação, Sr. Augusto Meyer, teve ensejo de falar-nos dos trabalhos da Sra. Lucia Furquim Lahmeyer, bibliotecária do Instituto Histórico.

Ocorreu-nos a idéia de ouvi-la e depois fixar o que nos dissesse, naquela mesma reportagem. Considerámos, entretanto, que melhor seria fazê-lo quando escrevêssemos sobre o próprio Instituto Histórico. Esse projeto de trabalho revelámos ao escritor e jornalista Lopes Gonçalves

que, com solicitude e boa vontade, teve a gentileza de telefonar ao professor Feijó, Bittencourt, 2.º secretário desse Instituto, pedindo-lhe que orientasse o repórter da *Revista do Serviço Público* na tarefa que ia executar.

NA SALA MAX FLEIUSS

O Silogeu abriga varias instituições culturais e, entre elas, o Instituto Histórico, cuja instalação ainda não conhecíamos.

Não havíamos passado anteriormente da sala de sessões da Academia Nacional de Medicina, que dá frente para a rua Augusto Severo, e logo no primeiro pavimento. O Instituto Histórico tem sede no segundo andar, em ala interna do velho edifício. O acesso se faz por uma escada de mármore, não muito extensa, suportável, perfeitamente suportável. A entrada do Instituto é logo assinalada por quadros, grande placa comemorativa da sua instalação no Silogeu, e também por vários bustos veneráveis a infundir-nos respeito e a quasi provocar-nos reverências repassadas de contrição...

UM EXEMPLAR DA 1.ª EDIÇÃO DOS "LUSIADAS"

Na Sala Max Fleiuss, onde durante muitos anos trabalhou o saudável secretário perpétuo do Instituto e que dêde recebeu o nome, fomos recebidos pelo professor Feijó Bittencourt, que nos apresentou ao 1.º secretário Dr. Virgílio Corrêa Filho, dizendo-lhe de nosso propósito de fazer esta reportagem para a *Revista do Serviço Público*.

O Dr. Virgílio Corrêa, atendendo a uma solicitação do prof. Feijó, foi buscar num cofre forte, onde se achava guardado ainda numa caixa de madeira, a maior relíquia da casa: um exemplar raríssimo de uma edição dos *Lusiadas* de 1572 e que se considera a primeira. O repórter, diante de tal preciosidade, foi logo sacando do lapis para tomar apontamentos sobre a obra e transmiti-los depois como uma das primeiras notas desta reportagem. Mas o Dr. Virgílio Corrêa o advertiu de que havia no "Jornal do Commercio", edição de 5 de julho de 1942, um artigo de Max Fleiuss a respeito e que poderia mandar copiá-lo à máquina e fornecer-lhe no dia seguinte. E isso foi feito, o que nos poupou trabalho e possivelmente qualquer engano de nossa parte nas notas que tomássemos.

Eis aqui o artigo de Max Fleiuss;

RECORDANDO...

O exemplar dos *Lusiadas* que foi de "Luis de Camões seu dono" e que pertence ao Instituto Histórico, sendo a sua maior relíquia, tem uma história, a qual cumpre ser contada com pormenores.

Afonso Celso deu algumas informações em artigo publicado no "Jornal do Brasil" em 28 de março de 1923, das quais transcrevemos estas:

"Quando estive nesta capital, em setembro do ano passado, o Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, reiterou Sua Alteza ao presidente do Instituto Histórico que o famoso exemplar dos *Lusiadas* pertencente a seu avô fôra encontrado entre os objetos de uso particular do Imperador, quando Sua Majestade faleceu.

Cuidadosamente guardou-o Isabel, a Redentora.

Falecida também a Princesa Imperial, era intenção do Conde d'Eu ofertar o livro ao Instituto Histórico.

Em recente carta ao presidente do Instituto, declarou o Príncipe D. Pedro que tornara efetiva a idéia do seu egrégio pai e, como pretende em breve visitar de novo o Brasil, trará consigo o valiosíssimo livro e o entregará pessoalmente ao destinatário.

Efetivamente, a 29 de outubro de 1925, o Príncipe Dom Pedro entregou ao Presidente do Instituto o preciosíssimo volume, que mede 19 e meio centímetros de altura, sobre 12 e meio de largo, contendo 187 páginas.

Na capa há os seguintes dizeres:

Os
LVSÍADAS
de Luis de Camões
Com Privilégio
Real
Impressos em Lisboa, com licença da
Sancta Inquisição, e do Ordinário:
em casa de Antonio
Gonçalves Impressor
1572.

Na folha de rosto há estes dizeres:

"Livro de Frei João Baptista de S. Caetano hoje de Frei José de S. Boaventura Cardoso e agora de Sua Mage. o Imperador do Brazil o Snr. Dom Pedro 2.º", e a lapis: "Mandado de Sta. Catharina e recebido no mez de Setembro de 1845, tendo sido tudo pelo intermedio do Senador por aquella Provincia José da Silva Mafra — D. Pedro 2.º, escrevi".

Em seguida seis linhas com dizeres que foram inutilizados a tinta e em baixo:

"A letra das correções he do mesmo Camões; veja-se a nota da página 79 e das folhas assinaladas de Frei Alexandre da Paixão Beneditino".

No fim da 1.ª página do prólogo: Luis de Camões seu dono.

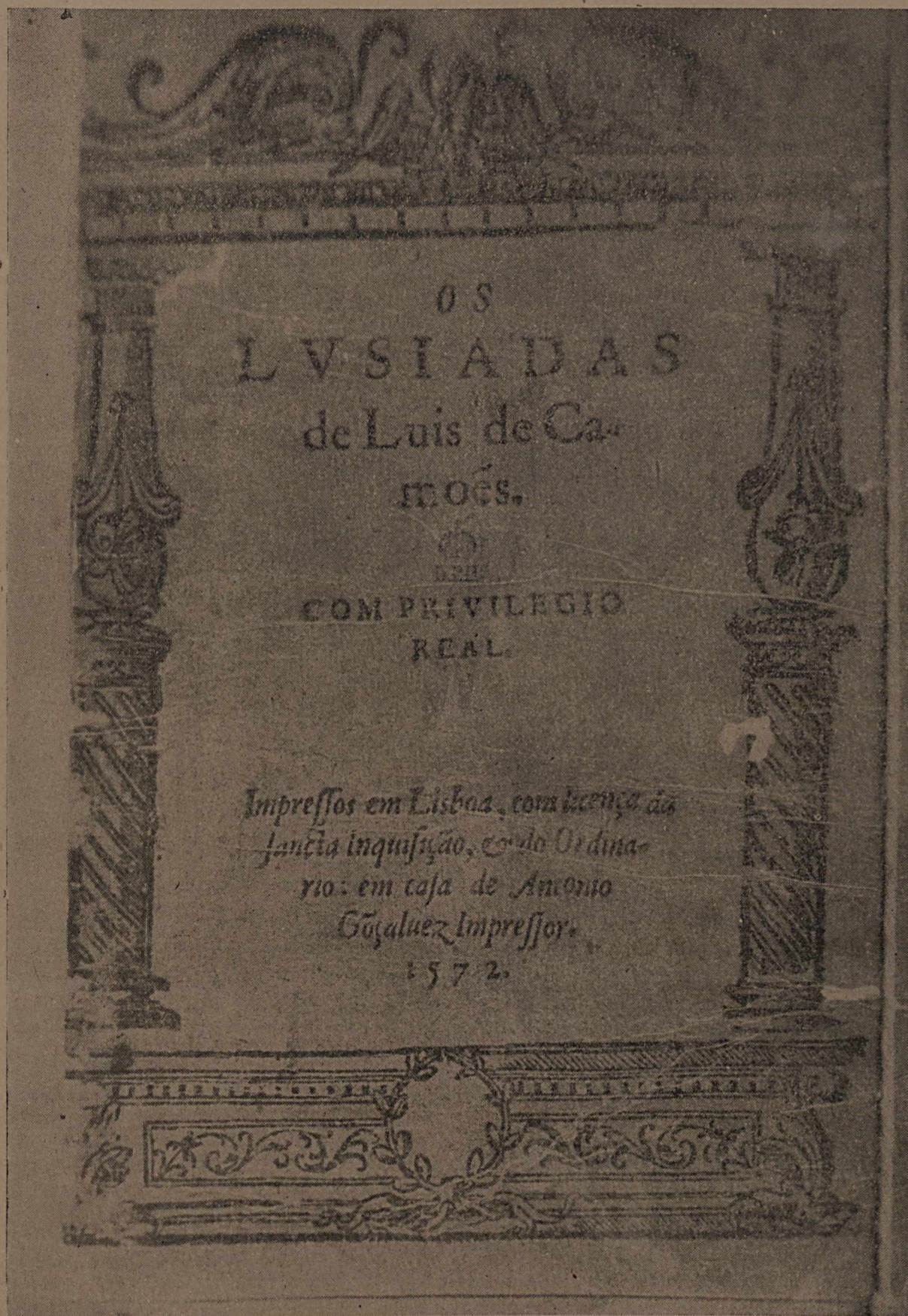
(José da Silva Mafra, official superior do Exército, foi nomeado senador por Santa Catarina em 1844, falecendo em 1871).

Coladas à capa notam-se estas informações, a primeira a lapis:

"Dê-me a edição antiga de Camões que está n'uma caixa e também um manuscrito de Castilho (José Feliciano) que a acompanha.

Tambem quero o Decameron de Boccacio tradução franceza.

Bilhete escrito pelo próprio Imperador D. Pedro II no dia 15 de Novembro de 1889 no Paço da Cidade. A Memoria de J. F. de Castilho não foi encontrada, mas está publicada nos "Annaes da Bi-



"Fac-simile" do rosto do exemplar da primeira edição dos "Lusíadas" que pertenceu a Camões

bliotheca Nacional". Ramiz Galvão, 29 de Outubro de 1925.

A referência à página 79, canto quarto, último oitavo que diz:

"Não cometera o moço miserando
O carro alto do pay, nem o ar vazio"

À margem, lê-se a nota manuscrita:

"Este he Phebo, filho do Sol e de Clymenes, Já falei nelle".

Aliás em muitas outras páginas veem anotações com a mesma letra, atribuída a Camões.

Nosso prezado companheiro Claudio Ganns, que decifrou conosco as palavras marginais, sugeriu uma publicação integral de todas essas notas. o que seria de incalculável importância, e estamos certos de que o autor de tão excelente alvitre não recusará tomar a si a tarefa que será de sumo relêvo.

Em sessão do Instituto Histórico realizada em 10 de junho de 1926, o Sr. Afrânio Peixoto, sem dúvida o nosso maior camonista, fez brilhante conferência a que denominou Leituras Camonianas, tratando do *Lusiadas* de Dom Pedro 2.^o, numa análise de extraordinária erudição, asseverando que:

"O nosso exemplar, tido erroneamente como da segunda edição, é, portanto, bem da edição princeps, da única de 1572, e assim diz muito bem a inscrição do dorso do livro, quando afirma, na encadernação, ser "da 1.^a edição". Ela tem todos os característicos de Ee, desde a portada — o pelicano com o bico voltado para a esquerda, até certos erros de alguns exemplares dessa edição".

Dêste simples relato pode ser inferida a alta, a imensa valia do cimélio que o Instituto Histórico guarda, e guardará sempre, com o mais carinhoso zelo.

Não constitui só uma riqueza bibliográfica da mais que centenária associação, pois, acima de tudo, é um patrimônio do Brasil.

DUAS CADEIRAS

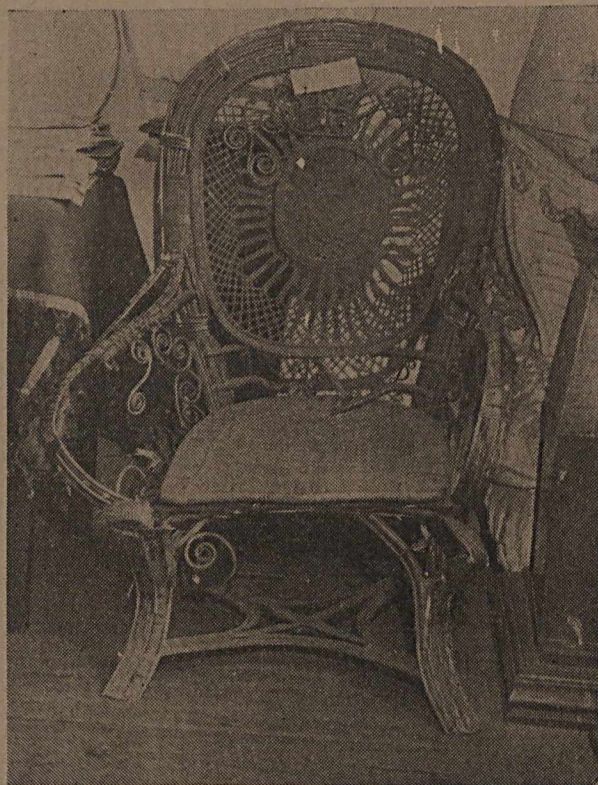
Há no Instituto duas cadeiras famosas: uma em lugar destacado, à esquerda da mesa da presidência, na sala de sessões; outra conservada no museu e, sendo de palha, mal consegue vencer o tempo para lembrar uma fase curiosa de nossa história governamental.

As fotografias dessas duas cadeiras figuram também nesta reportagem. Na de palha é que se sentava D. Pedro II para examinar, com seu apurado escrúpulo, os processos que lhe eram encaminhados. Com famoso lapis azul, que fez época, costumava o monarca sublimar o que lhe parecia importante para discutir, depois, com ministros e outros altos funcionários. E, assim, aquela cadeira passou à posteridade como sendo a do "lapis azul". Não pôde resistir à velhice, por ser de palha...

Entretanto, a cadeira senhorial, de jacarandá, da sala de sessões do Instituto, ainda está perfeita, podendo ser ali vista em lugar de destaque. Representando também

outra tradição da vida de D. Pedro II, nela é que S.M. presidiu a 506 sessões da casa a que foi levado pelos mestres carinhosos que o acompanharam na infância desprotegida, pois que seu pai o deixara muito criança no Brasil e a orfandade o atingira na infância.

O Instituto Histórico foi fundado sob os auspícios dos políticos chamados "áulicos", à frente dos quais se destacava a singular figura de estadista de Aureliano de Souza Coutinho, Visconde de Sepetiba. Esses áulicos se celebraram pelas tertúlias em que conversavam política em casa de Paulo Barbosa, situada em terrenos do palácio da Quinta da Boa Vista, à margem do rio Joana, o que levou a chamarem a esse tão famoso grupo de políticos, o *Clube da Joana*... Entre esses estava quem se encarregou da educação do monarca, isto é, José de Araújo Viana, mais tarde marquês de Sapucaí. Este era o homem



"Cadeira do lapis azul", assim chamada porque era nela que D. Pedro II lia os processos e os anotava a lapis azul, aliás, conhecido como fatídico...

que velaria pela educação do menino monarca, uma vez exilado José Bonifácio, que deixara o cargo de tutor por se haver envolvido na política, sendo acusado de conspirar.

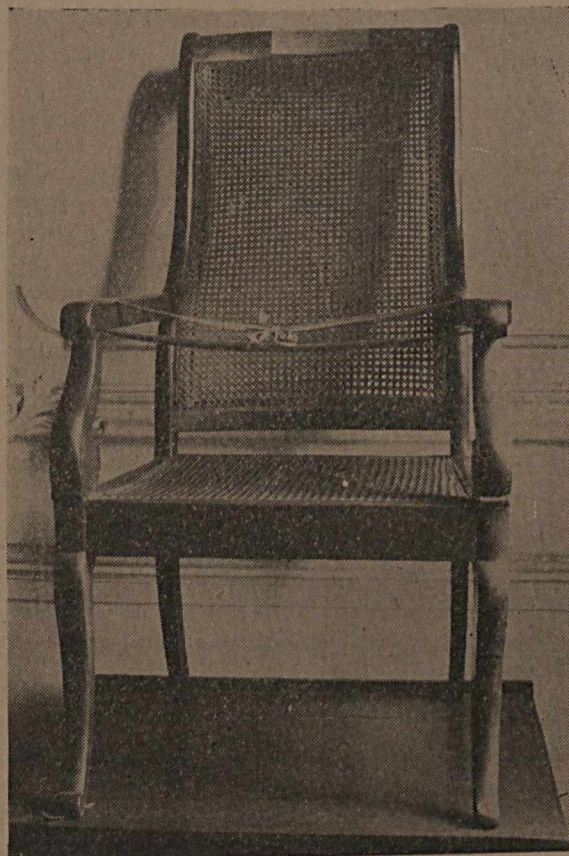
O INTERESSE DE D. PEDRO II PELO INSTITUTO

Os novos educadores de D. Pedro II caprichavam em levá-lo ao Instituto Histórico, onde se reuniam solenemente em companhia de alguns nomes ilustres, como o de Joaquim Caetano, para darem vida à instituição que acabavam de fundar.

O discípulo respeitou sempre os mestres, e Araújo Viana chegou a ser tido como conselheiro de D. Pedro II nos secretos negócios da política.

Conservou o Imperador o hábito de presidir a casa a que o levaram os seus primeiros mestres.

A cadeira em que se sentava no Instituto foi objeto de referência em comovido discurso pronunciado pelo Dr. João da Fonseca, irmão do marechal Deodoro, poucos dias de-



Cadeira em que se sentava D. Pedro II quando presidia as sessões do Instituto

pois de proclamada a República, pedindo então que ficasse revestida de crepe como sinal de respeito e saudade pelo brasileiro ilustre que deixava a sua terra exilado.

As palavras do irmão do proclamador da República são o primeiro manifesto em que se firma o juízo definitivo a respeito do monarca, que tanto avulta na história do seu país.

Nesse discurso — afirmava o orador — concedia-se a aposentadoria honrosa ao grande servidor da nação, e expressando assim a sua admiração e respeito fazia ele ouvir pela primeira vez a palavra de historiador acerca de uma grande vida pública que acabava de encerrar-se.

LITERATOS E ACADÊMICOS

No Arquivo do Instituto há documentos preciosísimos, principalmente no que diz respeito às personagens políticas posteriores à Independência.

Joaquim Nabuco recolheu àquela casa tudo de que se serviu para escrever o seu famoso livro "Um estadista do Império". A correspondência e todos os papéis que pertenceram ao conselheiro Tomaz Nabuco de Araújo estão ali reunidos e conservados para uma revisão talvez proveitosa dos que pensarem em estudar novos aspectos da época de que o celebrado orador abolicionista é o historiador magistral.

Papéis de José Bonifácio, cartas do marquês de Olinda, correspondência de Souza Leão, tudo que coligiu Ourém; enfim, uma série de coleções notáveis serão mais tarde o documentário em que se há de firmar a história do Brasil.

Ao Instituto também chegou grande parte do que escreveu Francisco Otaviano de Almeida Rosa, aliás, um dos príncipes da prosa e, sobretudo, um elegante burilador do estilo epistolar.

Dêsse poeta tão recitado em seu tempo talvez tenham ficado para apreciação da posteridade as suas cartas, uma vez que nelas se fixou com encantador relêvo a vida do passado que Otaviano descreveu desde moço com espírito elegante e mundano.

Parece-nos que o Dr. Wanderley Pinho, tão sutil e emocionante ao versar damas e salões do segundo Império, já devera ter publicado as cartas de Otaviano, por ele coligidas e anotadas.

Em uma carta sua, datada de 27 de julho de 1848 (?), escrevia o poeta byroniano a seu amigo da mocidade José Carlos de Almeida Arêas, mais tarde Visconde de Ourém, alguns trechos em que nas suas cogitações de literato propunha coisa, mais tarde realizada em parte, ou melhor, por partes.

Otaviano pensava na criação da Academia de Letras, mas em uma academia organizada de forma que compreenderia hoje a atual Academia Brasileira de Letras e a Federação das Academias de Letras, e então escrevia:

"Sociedades literárias, sabes tu que as há poucas; lembro-me do Instituto Histórico, Academia de Medicina, Filomática do Rio, idem da Baía, u'a no Pará, etc. Estamos agora no empenho, eu, Porto Alegre, Gonçalves Dias, Paula Menezes, Macedo e outros, de fundarmos u'a Academia Imperial de Letras e Ciências no Rio, com filiais nas Províncias".

A correspondência do finíssimo estilista é uma das mais interessantes pelo que versa a respeito da vida social da época. Surgem nela as figuras mais elegantes e belas das moças de outrora, as quais fizeram Otaviano delirar em elogios.

Crônicas mundanas, escritas de amigo para amigo; questões políticas, principalmente as que envolveram o Prata, são assuntos a respeito dos quais ninguém pode fazer juízo, sem manusear o arquivo do Instituto Histórico, principalmente no que se refere a Francisco Otaviano.

CONGRESSOS

Já se realizaram os seguintes congressos promovidos pelo Instituto:

Primeiro Congresso de História Nacional, reunido nesta Capital de 7 a 16 de setembro de 1914, teve os seus tra-

balhos publicados na "Revista" do Instituto Histórico, em tomo especial, em cinco partes. Incluíram-se nestas nove secções: história das explorações geográficas; história das explorações arqueológicas e etnográficas; história constitucional e administrativa; história parlamentar; história econômica; história militar; história diplomática e história literária e das artes.

Tendo sido tratados na parte de história geral os temas fundamentais da história do Brasil, nas demais secções particularizaram-se os assuntos, sendo que a história parlamentar e a história econômica eram na época assunto de grande interesse pela ampliação que passava a ter.

Congresso Internacional de História da América, reunido de 8 a 14 de setembro de 1922. Como verificámos pela matéria publicada, os assuntos foram apreciados de maneira geral, sendo que se tratou ora de história geral da América, ora da história de cada um dos países no seu aspecto de conjunto. O federalismo, as relações da igreja com o Estado; a colonização, holandeses no Brasil, a Inconfidência Mineira, a política do Prata, a história do rio Amazonas; naturalistas e viajantes dos séculos XVIII e XIX, etc., são os assuntos versados pelos congressistas.

O Segundo Congresso de História Nacional, inaugurado em 7 de abril de 1931, tratou de assunto a respeito do qual escreveu o ministro Alfredo Valadão: "o objeto do Congresso será apenas o estudo do período de nossa história subordinado pela revolução de 7 de abril", período que vai de 1822 a 1840.

O Terceiro Congresso de História Nacional assim se caracterizou: as teses que lhe foram apresentadas já particularizaram mais os assuntos estudados em congressos anteriores, sendo que se propôs que, nas fases de nosso desenvolvimento econômico, fôsem objeto de cogitação o pau Brasil, o açúcar, o algodão, o gado, a mineração e o café, e nas afirmações nacionalistas, aventaram-se estes assuntos: expulsão dos holandeses, Mascates, Emboabas, revolta de Felipe dos Santos e Inconfidência Baiana.

D. João VI foi especial objeto de estudos, atendendo-se à expressão que vem adquirindo essa figura real, de acordo com as novas pesquisas históricas. As biografias foram solicitadas de quem se propusesse escrevê-las, atendendo ao subsídio em que esse gênero literário se tornou para o desenvolvimento da história.

PRIMEIRO CENTENÁRIO DA IMPRENSA PERIÓDICA DO BRASIL

Em 1908 promoveu o Instituto a Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica do Brasil. Em dois tomos da *Revista* se acham enfeitados os trabalhos concernentes ao certamen, acompanhados de fotografias dos primeiros jornais editados no país, a partir de 1808, não só nesta capital como nos Estados.

No tomo I presta o Instituto homenagem a D. João VI, publicando-lhe o retrato, com esta legenda:

"Príncipe D. João, autor do decreto de 13 de maio de 1808 instituindo a Imprensa Régia do Brasil.

O príncipe regente D. João, depois D. João VI, nasceu em Lisboa a 13 de maio de 1767, casou com

D. Carlota Joaquina, filha de Carlos IV, de Espanha, e irmã de Fernando VII. Começou a governar em nome de sua mãe D. Maria I, a 25 de julho de 1799. Chegou ao Rio de Janeiro em 7 de março de 1808. Aí foi proclamado rei em 20 de março de 1816. Foi coroado a 6 de janeiro de 1818. Voltou para Portugal em 25 de abril de 1821. Faleceu em Lisboa a 10 de março de 1826".

O decreto instituindo a Imprensa Régia foi referendado pelo conde de Linhares, D. Rodrigo Domingos Antônio de Souza Coutinho.

OS PRIMEIROS JORNAIS

O primeiro jornal impresso nesta Capital foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Vimos o "fac-simile" de seu primeiro número, datado de 10 de setembro de 1808.

O nosso grande "Jornal do Commercio", como os demais a que nos referiremos em seguida, pode ser visto também na *Revista do Instituto Histórico* em "fac-simile". A legenda dessa gravura merece transcrição na íntegra:

"*Jornal do Commercio* — "Fac-simile" do preciosíssimo cimélio representado pelo primeiro número do *Jornal do Commercio* e cujos exemplares são hoje raros e de grande valor bibliográfico. Fundado modestamente em 1824 por Emilio Seignot Plancher, o *Jornal do Commercio*, depois de 80 anos de existência, se constituiu o mais importante diário da América do Sul. A êle se pode aplicar o mui conhecido — *nascitur exiguus apes acquisit eundo*".

A Malagueta — Jornal político publicado na antiga Corte, sob a direção de Luiz Augusto May. O primeiro número saiu em dezembro de 1827.

Diário Oficial, a folha oficial do Brasil, teve seu primeiro número publicado em 1 de outubro de 1862. Antes se chamava: *Gazeta do Rio de Janeiro*, *Diário Fluminense*, *Gazeta Oficial do Império do Brasil* e, finalmente, *Diário Oficial*, nome que ainda hoje conserva.

O Eco — na Vila Real da Praia Grande — Primeiro jornal publicado em Niterói. O primeiro número saiu em 1829.

Recopilador Sergipano, publicado na cidade de Estância, de 1832 a 1834. Foi o primeiro jornal de Sergipe.

Dezenove de Dezembro — Primeiro jornal publicado na capital do Pará. Saiu o primeiro número a 1.º de abril de 1854.

Vimos o n. 100 (fac-simile) no *Diário de Pernambuco*, o decano da imprensa brasileira. Apareceu na cidade de Recife a 7 de novembro de 1825.

Compilador Mineiro — Primeiro periódico publicado em Minas Gerais. Apareceu em Ouro Preto pela primeira vez a 13 de outubro de 1823.

O Paraense — Primeiro jornal aparecido no Estado do Pará. O primeiro número saiu em março de 1822.

O Conciliador — Primeiro jornal publicado no Maranhão. Saiu o primeiro número a 10 de novembro de 1821.

N V E V O
DESCVBRIMIENTO
DEL GRAN RIO DE LAS
AMAZONAS.

POR EL PADRE CHRSTOVAL
de Acuña, Religioso de la Compañia de
Iesus, y Calificador de la Suprema
General Inquificion.

AL QV AL FVE, Y SE HIZO POR ORDEN
de fu Mageftad, el año de 1639.

POR LA PROVINCIA DE QVITO
en los Reynos del Perú.

AL EXCELENTISSIMO SEÑOR CONDE
Duque de Olinares.



Con licencia; En Madrid, en la Imprenta del Reyno,
año de 1641.

Aurora Pernambucana — Primeiro jornal publicado em Pernambuco. Saiu o primeiro número a 27 de março de 1821.

Idade d'Ouro do Brasil — Foi o primeiro jornal publicado na Baía e o segundo aparecido no Brasil. Saiu pela primeira vez a 14 de maio de 1811.

Gostaríamos de prosseguir na anotação dos nomes de outros jornais, reproduzidos em "fac-simile" na preciosa revista do Instituto, mas há ainda muito que fazer nas diversas secções da grande casa dirigida pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares.

LIVROS E DROMEDÁRIOS

O marquês de Olinda muito legou ao Instituto, onde a sua correspondência pode ser compulsada, dando verdadeira impressão do político que talvez tenha exercido mais cargos públicos de responsabilidade no Brasil.

Habilíssimo manipulador de partidos, as situações vinham-lhe às mãos, toda vez que a política chegava a uma fase de equilíbrio. Isto não acontece tão somente na Regência... — mas o que nos interessa é o homem, visto mais de perto e na familiaridade de sua correspondência.

O seu arquivo são cartas e cartas de pedidos para que o chefe de partido atendessem à aluvião de candidatos à colocação.

Deve ter sido atencioso com a sua inumerável clientela, o que prova o fato de haver guardado cartas e de as ter recebido tantas.

Mas além dessas trabalhadoras políticas, o marquês era um espírito culto, que recebia de J. W. de Sinimbu os seus recreamentos de espírito, conforme se lê neste trecho de carta:

"Os livros de V. Ex. acham-se comprados, à exceção de duas obras, a "Imitação de Jesús Cristo" e o "Tratado dos Símbolos", de Guigniand. A edição da guerra pedida por V. Ex. em sua nota (para a Exposição Universal) é raríssima; foi feita somente para ostentar o luxo da imprensa francesa; pode-se, todavia, obter um exemplar, mas ao preço de 3.200 francos. Para o que V. Ex. deseja não vale a pena comprar tão caro. A outra, "Tratado dos Símbolos", está esgotada, podendo-se obter algum exemplar, mas não custará menos de 200 francos. Como, porém, me disse o livreiro que cuidava-se de fazer nova edição, podendo-se obter por 100 francos, V. Ex. me dirá se deseja obtê-la, porque neste caso deixarei ordem para lhe ser remetida logo que seja publicada.

O mais tudo está comprado; mandei encadernar e espero poder fazer seguir pelo vapor francês de 25 do corrente. Usando da faculdade que V. Ex. me deu, farei à nota que me confiou adicionar mais algumas obras modernamente aparecidas, que não serão sem interesse para V. Ex."

Era de 7 de julho de 1864 que Sinimbu datava a carta de que extraímos o trecho acima.

Entretanto, não era somente às voltas com os livros que andava aquele que, por algum tempo, pode-se dizer que

reinou no Brasil enquanto o imperador era menor. Os dromedários mereciam também os cuidados do velho estadista. E a respeito desses quadrúpedes há o seguinte officio:

"2.^a Secção. Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios do Império, em 11 de agosto de 1857.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador a comunicação que Vmce. me fez de que a Imperial Sociedade de Zoologia d'Aclimação de França, da qual he Delegado, se presta a concorrer com suas diligencias para facilitar a introdução do dromedario no Brasil; e por ordem do Mesmo Augusto Senhor cumpre-me transmittir-lhe estas instruções baseadas sobre os apontamentos constantes da mesma comunicação.

1.^o Vmce. agradecendo por parte do Governo Imperial áquella Imperial Sociedade o generoso offerecimento de seus serviços lhe fará saber que para assegurar o bom resultado do ensaio que ora se faz, he conveniente se estabeleça dous depositos de criação; evitando-se assim que uma causa qualquer de destruição que appareça em um só logar, abranja em seus effeitos todos os individuos que vierem.

2.^o — Cada um dos depositos deverá compor-se de dous dromedarios machos e de cinco femeas.

3.^o — Os dromedarios deverão ser da raça dos de carga.

4.^o — Para cada um dos depositos deverão ser contratados dois Arabes, os quaes tratando-os na viagem, os venhão pensar em terra por algum tempo.

Fica ao arbitrio da Imperial Sociedade marcar o praso de tempo que fôr absolutamente necessario para a sua estada no Brasil, a fim de que algumas pessoas depois se adestrem no tratamento proprio daquelles animais.

Deverão ser explicadas com muita clareza em arabe e ao mesmo tempo em portuguez as obrigações que os Arabes deverão desempenhar, assim como as vantagens que deverão perceber, particularmente no que diz respeito aos alimentos que lhes deverão ser fornecidos.

Recommenda-se que, a ser possivel acharem-se, sejam contratados alguns que entendão a lingua portugueza ou a franceza. Talvez que dentre os francezes residentes na Argelia se encontrem alguns que estejam acostumados ao serviço desses animais.

5.^o — Os depositos deverão ser estabelecidos na Provincia do Ceará que he a que offerece clima que mais se aproxima dos paizes de sua origem.

6.^o — A estação mais propria para chegarem ao Ceará será o mez de Junho, Julho, e Agosto, que he o tempo mais secco e de melhor herva.

7.^o — A Embarcação que os trouxer deverá dirigir-se ao porto da Capital da Provincia do Ceará. onde deixará um lote para um dos depositos; seguindo depois, e sem demóra, para o porto de Acaracú, poucas leguas ao norte daquelle, para largar o outro lote.

O Capitão deverá dirigir-se ao Presidente da Provincia, de quem receberá as convenientes instruções.

Por intermedio da Legação do Brazil em Londres se deverá fazer com a conveniente antecedencia ao

Governo Imperial o necessario Aviso sobre a época da partida da embarcação e do tempo provavel da sua chegada para que tudo esteja prevenido para o desembarque.

8.º — O Ministro do Brazil em Paris, a quem ora me dirijo sobre este objeto, vai ser advertido nesta mesma data para se entender com a Imperial Sociedade, assim para intervir ou por si ou por pessoa por ella autorizada, nos atos que forem necessarios para validade dos contratos como para fornecer as quantias que forem precisas e para prestar todo o auxilio e assistencia para que se facilite a execução desta empresa, assim nas diligencias que forem necessarias em terra, como no afretamento da embarcação e nos arranjos necessarios para o transporte, no que tudo serão observadas as indicações da Imperial Sociedade.

Com estas indicações poderá Vmce. dirigir-se à imperial Sociedade solicitando sua cooperação — Deos Guarde a Vmce. — Marquez de Olinda. — Snr. Guilherme Schüch de Capanema.”

Tanta prescrição e tanto cuidado a respeito do projeto de se criarem dromedários no Ceará deve ter sido uma tentativa posta em prática, a julgar pela seguinte carta:

“Illm.º e Exm.º Sr.

Os Camelos devem chegar no porto de Acaracú de 1.º de Junho a 15 de Agosto; porque antes de Junho a inda ha inverno, e depois de 15 de Agosto já em alguns pousos, se sente falta de pasto.

Um mez antes pelo menos, deverei receber o avizo da proxima chegada desses animais, para mandar, em tempo oportuno, os nossos barqueiros esperarem por elles no porto de Acaracú para fazerem a condução dali para a minha fazenda das Gorairas, onde tem de serem alimentados.

Se V. Ex. achar conveniente mandar vir nessa occasião um cavallo e uma egua da raça Andaluza, faria um serviço relevante ao Paiz, pois he minha convicção, sem medo de ser contestado, que essas raças produzirão optimamente no Ceará, e melhoraria os que temos. Acho conveniente que a embarcação que trouxer os camelos toque nos portos a onde os vapores costumarão ir para escala para neles obter forragem fresca.

Vou esperar as ordens de V. Exa., e que com a sua reconhecida illustração me forneça todos os esclarecimentos que a respeito julgar mais consentâneos, certo de que me não pouparei atodo e qual quer serviço a bem desta empreza, a prol da qual nutro os melhores dezejos. Sou com amais subida estima, e profundo respeito.

N.B. Já mandei cercar mil, eséis centas braças de campo, aonde tem optimo capim, e quando chegar em minha caza farei apromptar os commodos para se abrigarem os camelos pelo inverno.

De V. Exa.

Muito obrigado e fiel criado
Francisco de Paula Pessoa

S. Caza, 20 de
Julho 1857”.

JOSE' BONIFÁCIO ELEGANTE

Depois de lermos as cartas de Sinimbu ao marquês de Olinda, escritas com aquella letrinha miúda, como a denunciar a preocupação de poupar espaço, pois até as palavras se comprimem e quasi se unem, passámos a outra pasta de cartolina.

Em vez de cartas ou quaisquer outros papéis soltos, o que nela encontrámos foi um caderninho vulgar de notas, velho de cento e tantos anos, escrito a tinta e a lapis desordenadamente, denunciando o temperamento de quem foi o seu dono.

Tal “carnet” foi de José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da Independência, que na mocidade foi um elegante, de vida mundana ativa. Nos seus “gastos comuns” há: “Sege e gorgeta” pagos por êle em Ruão, onde frequentava a comédia, que, pelas cidades por que passava, quer fôsse Paris, quer fôsse o Havre, era o lugar de sua agradável distração.

Mas Andrada era um elegante aprimorado, que no seu caderninho de notas lançava as seguintes despesas, “gastos feitos à chegada de Paris”:

Cocardo	30 s
Meias de seda branca	12 francos
Carteira	8 ”
Fita para o cabelo	29 cents
Punhos de capã	9 francos
Fivelas de prata, trocadas	16 ”
Cabeleira	8 ”
Roupa lavada	1,10

Ora, além disso, o Andrada em 22 de agosto, “arrastado pelo máo fado, gastava 18 libras... no Palácio Royal”.

E não é só isso... Visitava a Academia de Pintura e anotava assim uma série de quadros de seu agrado. “A batalha de Alexandre”, por Le Brun; “Hum preparo de comida”, por Peyron; “Hu’a moça olhando para outra, com o braço e o peito nus”; “Huma rapariga nua, deitada em um colchão, tudo de mármore velho”; “Hum grupo de flores, por Vanspae Donek; “Hercules sustentando dois cavalos”; Suzana de Santerre”; “A briga de Hercules e Antheu”, etc., etc.

Mais adiante escrevia José Bonifácio:

“A rapaziada da Comedia Franceza he espressiva e bella; só lhe achei huma ancia de expressão extremada. Nação feliz: uma cantiga, uma peça diverte-te... e alguma vez te faz criança... — bailes, dansas, cantigas... raras em Portugal. Mas o *Ennui* me devora...”

Estas são as reminiscências do Andrada em moço. Esse era o Andrada descuidado e talvez alegre, muito embora êle falasse seguidamente no seu natural melancólico. Entretanto, estouvado e louca; rispido e agressivo; trabalhador incansável, o Andrada sempre o foi.

O seu último vestígio na terra, isto é, o rosto frio do cadaver do patriarca, está modelado entre a coleção riquíssima de máscaras existentes no Instituto Histórico.



Máscaras de Antônio Carlos, José Bonifácio e Evaristo da Veiga

Dessas máscaras reunimos três para fotografar: a de Antônio Carlos, a de José Bonifácio e a de Evaristo da Veiga.

Duas expressões revolucionárias ladeiam assim a face de José Bonifácio morto.

Uma é a máscara de seu irmão, e parece que José Bonifácio, o ministro da Independência, jamais concordou com sua atitude revolucionária em Pernambuco em 1817.

A outra máscara é de Evaristo da Veiga.

Serena expressão, é daquele com quem José Bonifácio jamais quis entender-se quando tutor de Pedro II, alegando que o jornalista da *Aurora Fluminense* era um "mancebo crú".

Não concordava, mesmo com seu irmão, ou repelia quem quer que fôsse, uma vez que professasse o credo da França de 1789.

NA SALA DE LEITURA "VIEIRA FAZENDA"

A sala de leitura "Vieira Fazenda" não chega a ser confortável. As suas deficiências de instalação, o público não as sente muito porque, como a supri-las, é bem atendido pelas funcionárias incumbidas dessa tarefa. Não a desempenham animadas só do propósito de servi-lo a contento, e isso, por si só, bastaria sem dúvida a recomendá-las à sua simpatia, ao seu apreço. Mas revelam ainda e a todo o instante essa discreta solicitude, em que tem traço dominante uma gentileza manifestada sempre de forma dis-

tinta e agradável, porque espontânea, natural e sem artifícios.

Alí trabalham a bibliotecária, Sra. Lúcia Furquim Lahmeyer, senhorinha Adelina M. Alba, chefe de Secretaria, e as auxiliares da bibliotecária, Clotilde Furquim Joppert e Gilda Bischof Costa Pereira.

A todas essas funcionárias tomámos o precioso tempo, solicitando-lhes notas e informações para esta reportagem. E a cada uma delas recorremos para indicação das melhores fontes onde colher apontamentos sobre a realização de congressos, solenidades comemorativas de centenários de nascimento ou de morte de figuras ilustres de homens públicos brasileiros ou sobre episódios de nossa história.

Observámos a segurança das indicações fornecidas pela Sra. Clotilde Joppert, de quem também se valem com frequência suas colegas de trabalho. A Sra. Clotilde Joppert ingressou no Instituto em 1924 e, com a prática que adquiriu no manuseio diário de milhares de fichas que se encontram acondicionadas em dois grandes fichários, consegue dizer de pronto se de fato existe na biblioteca tal ou qual obra e precisa-lhe até a extensão, isto é, se é num só volume ou se em tais e tais tomos. E a cada pergunta, responde com aquela sua vozinha suave e carinhosa... E D. Gildinha, a colega, não a deixa. Quando tomávamos nossas notas, observamos-lhe a frequência das perguntas à esforçada D. Clotilde: — D. Clotilde, o seu Joaquim só

mandou um volume do livro pedido nesta papeleta, e a ficha fala em dois volumes.

— Mas está certo. A ficha é que precisa ser corrigida.

Agora vamos dar uma prova do espírito de cooperação:

Estávamos diante da galeria de retratos de governantes do Brasil, desde D. João VI até o Presidente Getúlio Vargas. Ao todo 29 retratos.

Há de parecer fácil a muita gente dizer de pronto o nome de cada um desses ilustres senhores e em ordem de sucessão, desde o Brasil reino até o Brasil República.

Pais não é fácil não, meu caro Sr. Polybio Cesar Ribeiro. Só os que governaram de Deodoro para cá dão para nos atrapalhar um pouco. Assim, de pronto, quando foi que Delphim Moreira esteve na Presidência da República?

— Diga logo, Sr. Polybio, quando foi?

Imaginem agora os vários períodos da regência, entre D. João VI e a princesa Isabel! Surgem uns cavalheiros ilustres depois de D. João VI e também entre D. Pedro I e D. Pedro II, cujos nomes só podem ser lembrados de pronto pelos estudiosos de nossa história.

Facil é recordar o de Diogo Feijó, figura de tal relêvo que lhe ignorar o nome seria até crime. Hoje, felizmente, pesquisadores de nossa história já vão se entregando a pacientes trabalhos de revisão de fatos e da vida de vultos do passado, o que nos fornecerá, sem dúvida, revelações bem curiosas a respeito.

Mas vamos à prova do espírito de cooperação reinante entre as funcionárias do Instituto.

Estávamos de papel e lapis em punho, a tomar nota dos nomes de nossos maiores governantes do Brasil. Impossível fazê-lo com segurança: os quadros, muito altos; as legendas, em letras minúsculas, quasi imperceptíveis à distância. Só haveria um recurso: o auxílio de uma escada para maior aproximação de cada quadro.

D. Lucia Lahmeyer, a bibliotecária, de certo não permitiria tal operação àquela hora do expediente, com o afastamento de mesas e cadeiras para que o velho repórter pudesse realizar o que desejava. E o remédio seria espichar bem a vista, dar tudo que pudéssemos, até decifrar as legendas. E foi, afinal, o que começámos a fazer e de modo a não incomodar as funcionárias, que trabalham justamente debaixo da galeria de retratos.

De repente fomos interrompidos na tarefa pela senhorita Gilda Costa Pereira, que nos disse:

— Aqui o senhor encontrará o que deseja. Nestas fichas figuram os nomes de todos os antigos governantes.

E, assim, a senhorita Gilda nos tirou de séria dificuldade, de forma simples, prática e, sobretudo, muito gentil.

GALERIA DE RETRATOS DE GOVERNANTES DO BRASIL

Na sala de leitura do Instituto há, como dissemos, uma galeria completa de retratos de governantes do Brasil, desde



Um aspecto da Sala de Leitura, vendo-se na parede, ao fundo, a galeria de todos os governantes do Brasil a partir de D. João VI

D. João VI até ao Presidente Getúlio Vargas, compreendendo o período de 1815 a 1943.

Ei-los:

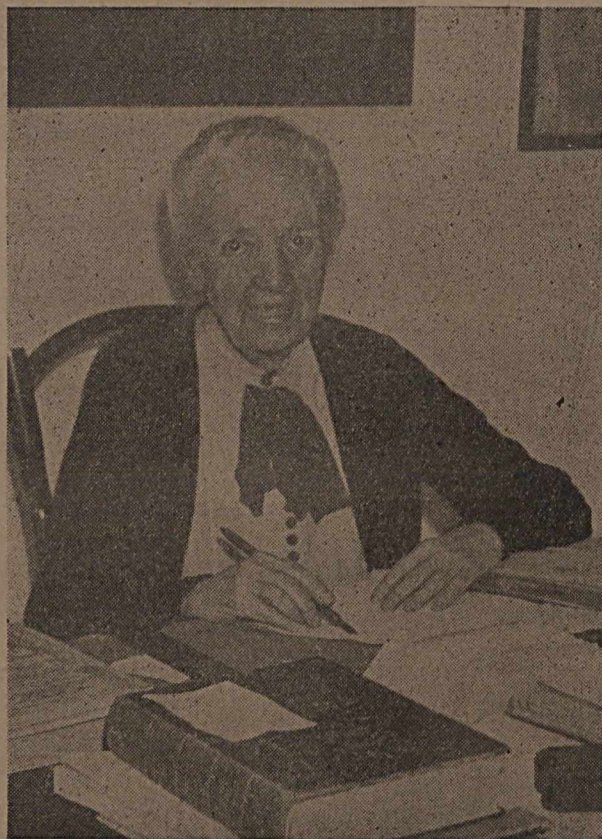
- 1 — D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
- 2 — D. Pedro I, imperador do Brasil.
- 3 — José Joaquim Carneiro de Campos, marquês de Caravelas, regente provisório.
- 4 — Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, regente provisório.
- 5 — José da Costa Carvalho, regente permanente.
- 6 — General Francisco de Lima e Silva, regente provisório e permanente.
- 7 — João Bráulio Moniz, regente permanente.
- 8 — Padre Diogo Antonio Feijó, regente.
- 9 — Pedro de Araújo Lima, regente.
- 10 — D. Pedro II.
- 11 — Princesa Isabel, regente.
- 12 — Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório.
- 13 — Marechal Floriano Peixoto, Presidente da República.
- 14 — Dr. Prudente José de Moraes Barros.
- 15 — Dr. Manuel Victorino Pereira.
- 16 — Dr. Manuel Ferraz de Campos Salles.
- 17 — Dr. Francisco de Assis Rosa e Silva.
- 18 — Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves.
- 19 — Dr. Affonso Augusto Moreira Pena.
- 20 — Dr. Nilo Peçanha.
- 21 — Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.
- 22 — Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes.
- 23 — Dr. Urbano Santos da Costa Araújo.
- 24 — Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro.
- 25 — Dr. Epitácio da Silva Pessôa.
- 26 — Dr. Artur da Silva Bernardes.
- 27 — Dr. Washington Luis Pereira de Souza.
- 28 — Junta Governativa formada pelos Srs. Generais Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Menna Barreto e Contra Almirante José Isaías de Noronha.
- 28 — Dr. Getúlio Dornelles Vargas.

Esta galeria de retratos foi inaugurada no dia 27 de abril de 1910, tendo então feito pequeno discurso alusivo ao ato o conde de Afonso Celso, presidente perpétuo do Instituto.

CONVERSANDO COM A SRA. LUCIA FURQUIM LAHMEYER

Quando fizemos, no mês anterior, nossa reportagem sobre o Instituto Nacional do Livro, o seu diretor, Sr. Augusto Meyer, referiu-se à *Viagem ao Interior do Brasil*, de Emanuel Pohl, livro traduzido do alemão pela Sra. Lucia Lahmeyer e que aquele Instituto vai editar. Informou-nos ainda o Sr. Augusto Meyer que há muito essa senhora vem se dedicando à tradução de obras assim valiosas, publicadas originariamente em alemão e inglês e que, embora citadas com frequência pelos eruditos, não chegam a ser conhecidas do grande público.

Logo nos ocorreu a idéia de conversar com D. Lúcia e, depois, publicar naquela mesma reportagem os apontamentos colhidos na entrevista que a ilustre bibliotecária do Instituto Histórico nos concedesse. Resolvemos porém mais tarde fazer a mesma entrevista quando tratássemos propriamente desta última instituição. E, assim que chegámos àquela sala de leitura do Instituto Histórico afim de aguar-



A Sra. Lúcia Furquim Lahmeyer, bibliotecária do Instituto

dar o professor Feijó Bitencourt, que nos deveria proporcionar facilidades para esta reportagem, veio-nos à lembrança o que nos dissera o diretor do Instituto do Livro sobre a Sra. Lúcia Lahmeyer e, conseqüentemente, o desejo de conhecê-la e de lhe falar pessoalmente.

Não nos foi difícil identificar a Sra. Lúcia Lahmeyer entre as demais funcionárias da casa. Na parede da sala de leitura reservada a figuras eminentes, como as de D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II, a Princesa Isabel e de alguns antigos presidentes do Instituto, como o simpático e saudável conde de Afonso Celso, divisámos o retrato de uma senhora, em fotografia e moldura recentes, que nos despertou logo a atenção.

Aquela senhora deveria ser pessoa tida naturalmente na maior conta pela grande casa a cuja frente se acha o embaixador José Carlos de Macedo Soares. Sim, porque não poderíamos admitir que não tivesse havido mesmo a dupla intenção de homenageá-la com a sua consagração em retrato e, além disso, com a escolha tão significativa do local a que fôra apostado.



Um aspecto do museu do Instituto

Natural, portanto, a nossa curiosidade em procurar saber quem era a homenageada. E sob a sua fotografia divisamos-lhe o nome: *Lúcia Furquim Lahmeyer*.

O original estava ali mesmo, bem defronte da fotografia. A senhora Lahmeyer no meio de suas auxiliares, entregava-se a silencioso trabalho, escrevendo, escrevendo sempre. E observávamos que o fazia sem usar óculos, embora a sua idade já os impusesse naturalmente... Sentimo-nos tocados de simpatia e profundo respeito pela veneranda senhora, que ainda trabalha — e que trabalho! — no engrandecimento cada vez maior de nossa literatura histórica e na divulgação daquele período áureo das grandes excursões científicas de ilustres naturalistas estrangeiros pelo interior do Brasil e cujas obras, editadas em latim, alemão ou inglês, sempre se conservavam fechadas ao conhecimento geral.

Confessamos à puridade que nos sentimos receiosos de tomar o tempo à senhora Lahmeyer, e nesse dia não lhe falámos. Melhor seria esperarmos um pouco mais. Naquela casa, o repórter teria ainda que incomodar muita gente...

E depois de cansarmos os Srs. Virgílio Corrêa Filho e Feijó Bittencourt, com tremendo "martelamento" de perguntas e indiscreções, e também as Sras. Clotilde Joppert,

Gilda Costa Pereira e Izilda Bellens Bezzi, encarregada do museu, fomos afinal conversar com a Sra. Lúcia Lahmeyer.

Falámos-lhe, de início, sobre a obra de Pohl e do programa do Instituto Nacional do Livro de publicá-la em português, logo que fiquem aplainadas algumas dificuldades técnicas a respeito, conforme dissemos na reportagem anterior. D. Lúcia disse-nos então:

— Essa tradução, eu a fiz já há algum tempo para o Instituto do Livro. Mas minha tarefa continua, pois essa é a minha grande distração.

— Há quanto tempo a senhora trabalha aqui no Instituto?

— Desde 2 de fevereiro de 1924, sendo nomeada bibliotecária no dia 8 de setembro do mesmo ano pelo saudoso presidente, conde de Afonso Celso. Anteriormente exerci o magistério, durante quinze anos, no ensino de línguas, mas tendo ficado doente da garganta, passei ao jornalismo, no qual militei por muitos anos. Como era natural, meus serviços como tradutora figuraram de preferência nas minhas atividades na imprensa.

Na *Seleta* colaborei sete anos assiduamente, assim também na *Leitura para todos* e no *Pelo Mundo*. Fundei depois uma revista, a *Dona de Casa*, que só durou dois anos. Fracassei na parte comercial... Mas não vale a pena falar em cousas tristes. Depois, então, procurei o Sr. Max Fleiuss

que me admitiu no Instituto, onde estou muito satisfeita. O embaixador Macedo Soares, como todos nesta casa, tem por mim atenções cativantes, o que considero grande estímulo, saudável animação ao desempenho de minha tarefa de bibliotecária, à qual acrescento também e espontaneamente a de tradutora. Agora mesmo estou traduzindo o "Journal von Brazilien", viagem pelo interior do Brasil, de W. C. von Eschwege.

— Mas aqui a senhora tem tempo de fazer essa tradução?

— Esta eu a faço em casa. Nos dias chuvosos e quando não estou passando bem não posso vir ao Instituto e, para compensar essa falta, trabalho em casa. Porque, o senhor compreende, eu me sinto às vezes indisposta... Natural: já estou com 79 anos.

— Mas o meu amigo Dr. Augusto Meyer disse-me que a senhora já havia traduzido várias obras para o Instituto.

— Realmente, mas não gosto muito de reportar-me ao que já fiz; só como ligeira reminiscência, como aquela de minha vida de imprensa, a que já aludí.

— Mas a senhora não deve privar-se de enriquecer minha reportagem com informações preciosas...

— Sinto-me satisfeita por concorrer para maior divulgação de obras, sobretudo de naturalistas eminentes, que possam ser úteis à nossa mocidade estudiosa. Ali naquela

estante o senhor pode encontrar estas obras por mim traduzidas: *História do Brasil*, de Handelmann, em um volume. Foi editada para o Instituto pela Imprensa Nacional. *Viagem ao interior do Brasil*, pelos cientistas Spix e Martius, em quatro volumes, sendo o último de gravuras. Devo-lhe dizer que essas obras nunca haviam sido traduzidas do alemão para o português, anteriormente.

D. Lúcia levantou-se por instantes afim de atender a alguém que a procurava.

Considerámos então o esforço daquela ilustre senhora, que, apesar da idade avançada em que se encontra, trabalha assim intensamente, sem nenhuma preocupação de recompensa material, com devotamento que chega a ser estóico e com uma elevação que tanto a dignifica, enobrece e exalta.

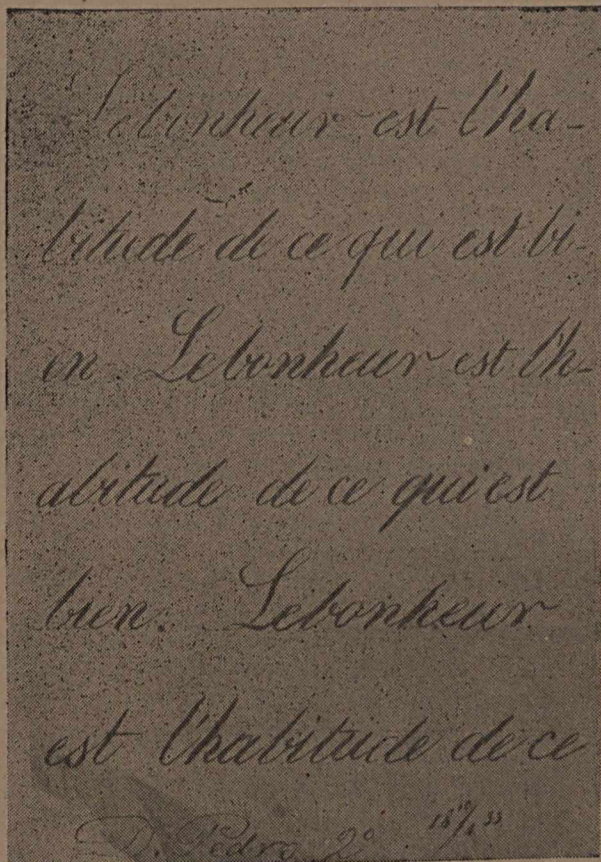
Voltando a conversar conosco, preferiu D. Lúcia Lahmeyer falar de seus ascendentes, todos de família ilustre de Vassouras, no Estado do Rio. Seu pai foi Henrique Gaspar Lahmeyer, sócio de seu sogro Caetano Furquim de Almeida, e sua mãe, Eulalia de Furquim Lahmeyer, neta dos barões de Vassouras.

D. Lúcia nos falava com grande satisfação da vida de Caetano Furquim de Almeida, homem de ação, espírito empreendedor, que muito fez pela sua terra. Caetano, jun-



Mesa de despacho coletivo de D. Pedro II, ladeada pelos dois globos que serviam para os estudos de predileção do monarca

tamente, com seu sogro, Francisco José Teixeira Leite, barão de Vassouras, e com os irmãos dêste, mandou vir dos Estados Unidos dois engenheiros, dando-lhes a incumbência de estudarem as possibilidades de fazer com que os trens da então Estrada de Ferro D. Pedro II, cujos trilhos não passavam na época da estação de Queimados, subissem a serra sem necessidade de cremalheiras.



Exercício de caligrafia de D. Pedro II quando tinha sete anos de idade

— Porque, na ocasião, acrescentou D. Lúcia, dizia-se que isso seria impossível. E o fato é que os trens subiram a serra sem cremalheiras, concluiu sorrindo a ilustre descendente dos barões de Vassouras.

ARCA DE SIGILO

Na sessão do Instituto, de 16 de fevereiro de 1850, presidida pelo conselheiro Cândido José de Araujo Viana, foi aprovada a criação de uma "arca de sigilo". Foi então reconhecido como sendo da "máxima utilidade haver na casa um depósito particular para os escritos cuja publicação não se deve fazer antes de um tempo determinado". E, assim, desde 1850 existe no Instituto a referida "arca de sigilo".

O Dr. Virgílio Corrêa Filho teve oportunidade de mostrar-nos o registro do que atualmente a arca mantém em sigilo.

A título de curiosidade vamos dar a relação do que só mais tarde poderá o Instituto divulgar e nas datas preestabelecidas:

Memórias do Visconde Taunay: Só podem ser abertas, se a família consentir, depois do dia 22 de fevereiro de 1943.

Adelina Carroti: Prima do Dr. Raul Soares. Este pacote foi entregue no dia 22-9-927, pelo Sr. conde de Afonso Celso, com ordem de ficar depositado no Instituto.

Diário do Sr. Martim Francisco: Para ser aberto daqui a vinte anos, a 31 de outubro de 1934. (Por ordem do Sr. conde de Afonso Celso só poderá ser aberto depois de 1950).

Arquivo Oficial do Embaixador Domício da Gama: Para ser conservado no Instituto Histórico até o ano de 1934, quando poderá ser aberto e examinado. (Por ordem do Sr. conde de Afonso Celso só poderá ser aberto depois de 1950).

Cartas de D. Pedro I à Marquesa de Santos: Documento reservado.

Carta autógrafa do Barão do Rio Branco e cópia datilográfica da mesma: Oferecidas pelo Dr. Polycarpo de Magalhães Viotti. Só poderão ser divulgadas em 1930. (Por ordem do Sr. conde de Afonso Celso só poderão ser divulgadas depois de 1950).

Documento reservado: Um retrato. Só pode ser aberto depois de 1938. (Por ordem do Sr. conde de Afonso Celso só pode ser aberto depois de 1950).

Sob clausura, duas cartas autógrafas do Dr. Prudente de Moraes Barros, ex-Presidente da República, dirigidas ao Dr. Max Fleiuss. Datadas de 21 de janeiro e 13 de agosto de 1901. Só poderão ser lidas depois de 1945. (Por ordem do Sr. conde de Afonso Celso só poderão ser divulgadas depois de 1950).

OS PRESIDENTES QUE JA' PASSARAM PELA DIREÇÃO DO INSTITUTO

Eis a relação de nomes de presidentes que têm dirigido o Instituto:

O primeiro, e em caráter provisório, foi o marechal Francisco Cordeiro da Silva Tôrres Alvim, que era também presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Seguiram-se-lhe, e êstes todos eleitos, os seguintes:

José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de S. Leopoldo; Cândido José de Araújo Viana, marquês de Sapucaí; Luiz Pereira do Couto Ferraz, visconde de Bom Retiro; Joaquim Norberto de Souza e Silva; conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro; João Lustosa da Cunha Paranaguá, marquês de Paranaguá; Dr. José Maria da Silva Paranhos, barão do Rio Branco; conde de Afonso Celso; Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva e Embaixador José Carlos de Macedo Soares, em exercício.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

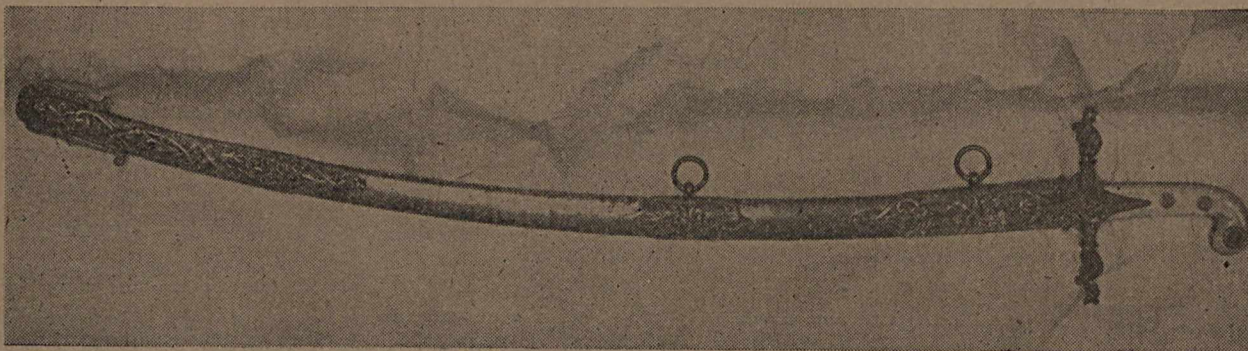
Desde 1839 vem sendo editada regularmente a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Sobre essa nossa tradicional e prestigiosa publicação, conversámos com seu diretor, o escritor Claudio Ganns, que nos declarou o seguinte:

— Da importância da *Revista do Instituto*, para estimação do seu valor, basta compulsá-la. São 178 volumes, a que se recolhem estudos originais sobre história, geografia e etnografia brasileiras, da lavra dos maiores historiadores pátrios. Publicação ininterrupta, desde a fundação do Instituto, tem servido ela para incentivar e formar a cultura histórica e geográfica do Brasil. Não há nenhum nome de real importância e de grande valor na vida mental do Brasil que, no setor destas atividades, não tenha colaborado nesse órgão. E' ele hoje, depois da *Revista da Universidade do Chile*, o órgão de cultura mais antigo de toda a América. Para sua fácil leitura existem dois índices, um de monografias, até ao volume 60, e outro até o volume 90. Presentemente, ampliando uma tese do saudoso Max Fleiuss ao Terceiro Congresso de História Nacional, o Instituto edita um novo índice, que abrangerá até à presente data, incluindo as contribuições aos congressos de História. Dessa tarefa se incumbiu a senhorinha Maria Carolina Fleiuss.

O ÚLTIMO NÚMERO DA REVISTA

A *Revista*, que voltou este ano a ser trimestral, tem seu último número editado em julho próximo findo e correspondente a janeiro-março.



Espada de Caxias, que serviu de modelo para as dos atuais cadetes da nossa Escola Militar

O escritor Claudio Ganns, seu diretor, na apresentação desse número reporta-se às modificações por que tem passado o órgão oficial do Instituto no que diz respeito ao período a que se refere cada número publicado, concluindo por justificar a vantagem de voltar a ser trimestral a mesma publicação.

Eis o que disse o Sr. Claudio Ganns a respeito:

“A primeira reforma — ou melhor diríamos, mais modestamente, modificação — já se tornara evidente há muito: — será contra o seu aparecimento, que era, nos últimos tempos, apenas “anual”; e, pela demora no adiamento prolongado, surgindo só de 12 em 12 meses, tornava a “*Revista*”, para os desejosos de sua leitura instrutiva, sendo desinteressante, quasi sempre atrasada... Essa contingência obrigava-a ainda, muitas vezes, a transcrever trabalhos saídos alhures — pela justa recusa de colaboradores que, embora sempre desinteressados, não desejavam aguardar no mínimo o longo prazo de um ano para verem editados os seus escritos.

Por essas razões, que me pareceram valiosas, inclinou-se a atual diretoria do Instituto à decisão tomada, para que a “*Revista*” volte novamente à sua saída antiga: “*Trimestral*” — como se lhe afeiçoara o nome histórico, assim batisada desde a data da sua fundação, até o tomo 66 (vol. 108, de 1903). Daí, até o tomo 79 (vol. 133, de 1916), passou a aparecer duas vezes por ano. Mas, do volume 134 em diante desse mesmo ano (tomo 80), acabou por sair apenas “anualmente” em um só tomo”.

Há ainda esta outra novidade na “*Revista*”: a distribuição metódica do material por quatro secções no mínimo.

Na primeira, saíram apenas trabalhos tanto quanto possível originais e preferentemente inéditos, relativos aos temas históricos, geográficos e etnográficos, que fazem parte do programa declarado do Instituto.

Na segunda, serão divulgados os “*Documentos inéditos*” exumados do valioso arquivo do Instituto, rico, de mais de 300.000 peças (!), ou oriundos de outras fontes igualmente preciosas.

Na terceira, haverá um “registro dos livros” de história e de etnografia — quer nacionais, quer estrangeiros, que forem enviados em duplicata: um para a “*Revista*” e outro para a Biblioteca do Instituto Histórico.

Na quarta secção, finalmente, será registrada a vida intelectual, interna, do Instituto, refletida nas conferências por ele promovidas em sua tribuna e proferidas pelos seus sócios”.

Trabalhos originais publicados neste último número da *Revista*:

“*Em torno de R. Southey*” no centenário de sua morte:-

- (1) “*Duas palavras*”, de Rodolfo Garcia;
- (2) “*Robert Southey*”, por Joaquim de Souza Leão Filho;
- (3) “*Cartas de Robert Southey*” (em inglês);
- (4) “*Catalogo da livreria de Southey no Museu Britânico*”.

ENCERRANDO ESTA REPORTAGEM

Ao completar o Instituto Histórico, no ano passado, o seu 104.º aniversário, Max Fleiuss publicou no *Jornal do*

Commercio um interessante *Recordando...*, no qual fez perfeita síntese da vida da secular instituição cultural.

Como homenagem à memória do saudoso secretário perpétuo do Instituto, a que serviu com inteligência e grande amor durante mais de quarenta e três anos, transcrevemos em seguida êsse artigo, publicado no *Jornal do Commercio*, de 25 de outubro de 1942:

RECORDANDO...

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acaba de completar o seu centésimo quarto ano.

Grande e benemérita associação de que se originaram tantas outras, inclusive a ilustre Academia Brasileira de Letras, lembrada sua criação em 1847 pelo Instituto.

Hoje ninguém de bom senso negará o valor e a importância da fundação de Cunha Barbosa e Cunha Mattos.

No antigo regime, protegeu-a incessantemente o Imperador Dom Pedro Segundo e da República mereceu o apóio generoso de todos os presidentes, relevando os de Rodrigues Alves, Epitacio Pessoa e Getulio Vargas.

E' que o Instituto não tem, nunca teve, caráter partidário. Jamais pertenceu a seitas ou agremiações políticas. Sua obra é nacional e, por isso mesmo, imperecível.

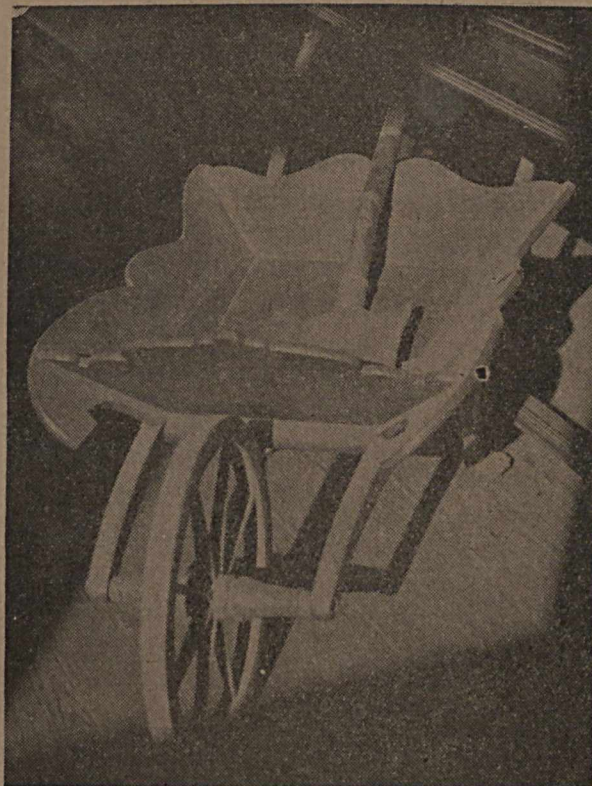


Crânio do homem pré-histórico, achado pelo Dr. Lund na Lagoa Santa, em Minas Gerais

Mesmo no tempo do Império, muitos de seus membros formavam nas hostes adiantadas da República e, proclamada esta, desde o benemérito João Severiano da Fonseca, as cátedras tem sido ocupadas por próceres do novo regime.

O que o Instituto possui, além de seus predicados essenciais e vitais, é o nobre sentimento de gratidão.

O desenvolvimento sempre marcante de seus deveres, refletidos nas sessões, invariavelmente, interessantes pelas conferências, pela freqüência de sua sala de leitura, pela publicação de sua *Revista*, quer na



Carro de madeira, oferecido ao museu do Instituto e que serviu para o cerimonial de inauguração da antiga Estrada de Ferro de Petrópolis, no dia 29 de agosto de 1852

seriação que vem desde 1839, quer em obras avulsas, anais dos quatro congressos realizados sob seus auspícios e direção, tudo concorre para confirmar, realçar e engrandecer-lhe a trajetória tão útil às letras históricas.

Remanso pacífico e profícuo, o Instituto Histórico atrai e conquista pela sinceridade de sua conduta, numa atmosfera de intensa cordialidade, sem preconceitos descabidos ou intolerâncias ridículas. Quantos o freqüentam, e não são poucos, podem dar testemunho do expendido.

Certa vez, por exemplo, o Embaixador Duarte Leite, que não pecava por excesso de amabilidades, foi consultar uma obra rara; assinou o boletim, tirou o relógio, dizendo "quero ver se devo ter a paciência de Job". Em poucos minutos recebeu o livro, leu-o demoradamente e, ao retirar-se, observou: "aqui é de fato um lugar de estudo".

Tem tido o Instituto nove presidentes, todos dignos do maior respeito.

O atual, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, é um notável continuador, interessando-se por

tudo, patenteando, a cada momento, intensa dedicação no andamento das beneméritas tarefas.

A *Revista do Instituto*, graças à notável boa vontade do ilustre e operoso diretor da Imprensa Nacional, Dr. Rubens Porto, acha-se rigorosamente em dia, tendo aparecido, o volume 176, relativo ao ano de 1941. Em vésperas de vir a lume os Anais dos Congressos, inclusive os da sessão inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, bem como as reimpressões dos tomos esgotados.

Do que mais ressenete o Instituto é de uma instalação apropriada e com as possibilidades para muitos anos.

De 1856 a outubro de 1913 esteve o Instituto alojado no segundo pavimento do antigo convento do Carmo, onde tem sua sede a Academia do Comércio. Há trinta anos está nas dependências, que construiu com grandes sacrifícios no Silogeu...

Deficientíssimas, com uma escada formidável que apavora...

Novos cômodos são imprescindíveis.

Outra necessidade é a de um catálogo. Várias tentativas teem sido feitas nesse sentido, mas todas falhas.

Não é essencial um catálogo científico, complicado, e, não raro, ininteligível.

Os cem mil volumes do Instituto carecem apenas de uma exatíssima relação que tenha os nomes das obras e seus autores, com indicação dos números, prateleiras e estantes.

Dessa forma o leitor será prontamente atendido.

Macedo Soares, aquiescendo ao que lhe expus, autorizou-me a reorganizar o catálogo conforme existia, sob moldes antigos, elaborado por Francisco Antonio Martins e Vieira Fazenda.

Feita essa relação e, sem demora, publicado em tomo especial da *Revista*, sobressaíram as riquezas bibliográficas que são muitas.

A projeção do Instituto no exterior tem sido igualmente relevante, tomando parte nas reuniões de Anvers, Luxemburgo, Veneza, Buenos Aires, Paris, Berna, Chicago, Genebra, Londres, Viena, Cambridge, Oslo, Montevidéu, sendo que nesta, por benevolência do Presidente Getulio Vargas, fui também o representante oficial do Brasil.

Quanto aos mapas, foram há tempos relacionados meticulosamente pela Comissão Rondon, continuando o mesmo processo, sempre proveitoso.

Pode, pois, o Brasil orgulhar-se da fundação regencial, ampliada no Império, protegida pela República.

O centésimo quarto ano de sua nobilíssima e sempre útil existência demonstra o espírito de tradição acompanhando a evolução com critério, buscando cumprir os objetivos que idearam seus beneméritos fundadores.

E os poderes públicos apoiando o Instituto não terão nunca motivos de arrependimento.

Max Fleiuss